

Evasão Escolar na Graduação:

Principais Causas e Estratégias Adequadas de Intervenção

Amanda E. Terroso
William A. Terroso



AYA EDITORA
2024

Evasão Escolar na Graduação:

Principais Causas e Estratégias Adequadas de Intervenção

Amanda E. Terroso
William A. Terroso

Evasão Escolar na Graduação:

Principais Causas e Estratégias Adequadas de Intervenção



AYA EDITORA
2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autores

Amanda Eduarda da Silva Naidoo
Terroso

William Arthur Philip Louis Naidoo
Terroso de Mendonça Brandão

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu
Basquerote Silva

*Universidade para o Desenvolvimento do
Alto Vale do Itajaí*

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês
Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

*Universidade São Judas Tadeu e Lab.
Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da
Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de
Genaro Chirolí

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade
Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida
Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira
Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos
Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da
Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
*Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus
Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues
de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca
Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes
Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa
Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes
Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre

Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos
Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA

Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pelos autores para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores, que detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado. As informações e interpretações aqui expressas refletem unicamente as perspectivas e visões pessoais dos autores e não representam, necessariamente, a opinião ou posição da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se aos serviços de diagramação e registro da obra, sem qualquer interferência ou influência sobre o conteúdo ou opiniões apresentadas. Quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

T328 Terroso, Amanda Eduarda da Silva Naidoo

Evasão escolar na graduação: principais causas e estratégias adequadas de intervenção. [recurso eletrônico]. / Amanda Eduarda da Silva Naidoo Terroso, William Arthur Philip Louis Naidoo Terroso de Mendonça Brandão.-- Ponta Grossa: Aya, 2024. 64 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-655-3

DOI: 10.47573/aya.5379.1.330

1. Educação. 2. Evasão escolar. 3. Estudantes. I. Brandão, William Arthur Philip Louis Naidoo Terroso de Mendonça. II. Título

CDD: 371.29

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	10
Implantação das Universidades no País	11
A Educação Superior no País e a Constituição Federal de 1988.....	12
A EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL.....	14
Possíveis Motivos da Evasão Escolar.....	17
A Evasão Escolar no Ensino Médio	24
Como Ocorre o Abandono no Ensino Médio.....	26
A Evasão Escolar no Ensino Superior	29
Causas da Evasão Escolar no Ensino Superior	30
Dados de Evasão Escolar no Ensino Superior.....	33
Análise das Avaliações e sua Ligação com a Evasão Escolar.....	37
Exemplos de Possíveis Ações para Diminuir o Grau da Evasão.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
SOBRE OS AUTORES.....	58
ÍNDICE REMISSIVO	59

APRESENTAÇÃO

A evasão escolar nas instituições de ensino superior configura-se como um desafio complexo, com múltiplas implicações sociais, econômicas e educacionais. Este livro busca explorar as causas desse fenômeno e delinear estratégias de intervenção que possam contribuir para a permanência dos estudantes na graduação. Por meio de uma análise interdisciplinar, os capítulos oferecem uma visão abrangente, considerando tanto fatores internos às instituições quanto aqueles externos, relacionados ao contexto socioeconômico dos discentes.

O estudo inicial discute a trajetória histórica da implantação das universidades no Brasil, destacando as políticas públicas que expandiram o acesso à educação superior. Em paralelo, aborda-se como as desigualdades estruturais e as limitações de infraestrutura afetam diretamente a retenção dos alunos. A análise dos dados mais recentes sobre evasão escolar no ensino superior permite identificar padrões que variam conforme a localização geográfica, o tipo de curso e o perfil socioeconômico dos estudantes.

As causas da evasão são discutidas em profundidade, contemplando aspectos como as dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico, a escolha inicial do curso, as condições de trabalho e estudo, e a insuficiência de políticas de assistência estudantil. Esses fatores são apresentados em conexão com as características institucionais, como metodologias de ensino, relações entre docentes e discentes e suporte psicológico oferecido.

O impacto das avaliações acadêmicas e sua relação com a permanência também é analisado, sugerindo que processos avaliativos contínuos e inclusivos podem desempenhar um papel significativo na motivação e desempenho dos estudantes. Em paralelo, são destacadas iniciativas institucionais de sucesso, como programas de tutoria, atividades de integração e projetos voltados à melhoria das condições socioeconômicas dos alunos.

Por fim, o livro propõe diretrizes para a formulação de políticas mais efetivas no combate à evasão, enfatizando a necessidade de um diagnóstico detalhado que considere as particularidades de cada contexto. A obra sugere a articulação entre universidades, poder público e sociedade como um elemento crucial para a implementação de estratégias sustentáveis, que promovam não apenas a retenção, mas também a qualidade da formação acadêmica.

Com uma abordagem fundamentada e reflexiva, esta publicação contribui para o debate sobre a evasão escolar na graduação, oferecendo subsídios teóricos e práticos para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Ao conectar diferentes dimensões do problema, o livro destaca caminhos possíveis para a construção de um ensino superior mais inclusivo e alinhado às demandas contemporâneas.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

O percentual de evasão dos cursos de graduação nas instituições de ensino superior (IES) é um grande desafio, que interfere tanto nas universidades públicas quanto nas privadas e obviamente, compromete os objetivos educacionais, gerando perguntas relacionadas aos recursos financeiros investidos e os resultados alcançados com isso (Garcia; Lara; Antunes, 2021).

Para muitos autores, trata-se de um fenômeno de múltiplos fatores, que pode acontecer com discentes de todos os contextos socioeconômicos e culturais do país, sendo necessário estudá-lo para criar formas de retenção, apoiando os discentes na permanência junto à universidade e, obviamente, para obter o êxito sonhado em seus cursos (Silva *et al.*, 2022).

Levando-se em consideração os dados do Censo da Educação Superior 2019 (Brasil, 2021), os quais demonstram uma taxa de evasão próxima a 38% até o final do terceiro ano da graduação, além da importância da integração acadêmica junto ao apoio pedagógico para à permanência dos alunos, podemos redigir nesta presente obra, hipóteses ligadas à escolha do curso e da instituição, sobre as opiniões dos estudantes que ingressam por cotas ou pelo modo universal, assim como relacionadas ao perfil socioeconômico.

Os resultados do Censo da Educação de nível Superior (Censup) denotam que a Taxa de Desistência já acumulada (TDA), entre 2013 e 2022, chegou a 58%. De outro modo, isso significa que mais de um milhão e meio dos discentes de graduação que ingressaram em 2013 vieram a deixar o curso nos anos seguintes sem finalizá-lo (Brasil, 2024).

Devemos salientar que o termo evasão não se resume somente à perda de alunos nos vários níveis de ensino, podendo gerar além de consequências acadêmicas, problemas de ordem social e econômicas (Bradley; Migali, 2019; Hashimoto, 2023).

As observações vistas com os índices de evasão nas instituições de ensino superior têm promovido à realização de estudos e pesquisas para entender suas causas e, dessa forma, construir ideias de prevenção e intervenção (Silva, 2013).

Segundo a literatura, as pesquisas relacionadas a evasão no Brasil são divididas em dois grupos: evasão no sistema escolar em geral, e evasão

ocorridas exclusivamente em universidades públicas (Silva, 2013). O governo brasileiro investiu na expansão do acesso ao ensino superior por meio de políticas públicas como o FIES e o PROUNI (Brasil, 2001; Brasil, 2004). Para Santos Jr. e Real (2017), infelizmente a ocorrência dessa expansão das universidades brasileiras a partir da década de 1990 não permitiu uma melhoria no alto percentual da evasão.

Cabe salientar aqui que as causas e os contextos da evasão podem variar muito de acordo com a instituição e o nível de ensino em estudo. Logo, é fundamental que cada instituição realize estudos e análises particulares para compreender a evasão no seu contexto, e promova estratégias de intervenção adequadas (Vitelli; Fritsch, 2016).

Implantação das Universidades no País

As mudanças sociais que ocorreram a partir da Revolução Industrial, por volta do século XVIII na Inglaterra, trouxeram modificações no modo de viver do homem. Naquele tempo, e com a evolução das máquinas, o homem tornou-se um adorador dos meios de produção em larga escala e do capitalismo que emergia com força, o qual tem como características o trabalho e o ganho de capital.

Todavia, foi basicamente a partir da década de 90, que o grande progresso tecnológico e científico influenciou a sociedade, de maneira mais específica na forma do homem se relacionar com o seu trabalho.

Podemos afirmar que as inovações tecnológicas fazem com que a busca do conhecimento seja cada vez maior, uma vez que o mercado exige cada vez mais profissionais melhores habilitados, capacitados, que se adaptam as mais variadas situações que surgem e constantemente buscam qualificação frente às exigências definidas pelo mercado.

A nova figura deste trabalhador requer autonomia, trabalho em equipe, muita flexibilidade, dinamismo, dentre outras, e, mais do que em outros momentos, faz-se necessária a aquisição de habilidades por meio da mediação do conhecimento, ou seja, alcançado pela educação.

A apresentação desse novo formato de trabalhador após a evolução industrial e tecnológica necessita de uma forma de pedagogia de ensino inovadora, para que o professor, por meio da sua metodologia, desenvolva a capacidade intelectual, promova no aluno a leitura da realidade e a transformação desta pela vivência e experiência adquirida pelos mesmos.

A melhoria da qualificação profissional demonstrou um grande aumento, principalmente no ensino superior, o que promoveu nos últimos anos um crescimento no número das instituições que ofertam esta forma de ensino.

A Etimologia nos demonstra que a palavra universidade é um vocábulo de origem latina, *universitate*, a qual significa universalidade, totalidade, conjunto, corpo, companhia, corporação, comunidade (Ferreira, 1986).

O motivo principal da existência da universidade, segundo Nogueira (2004), se justifica na produção do conhecimento, na formação de pessoas com pensamento crítico melhor, de profissionais capazes de articular saberes, e se tornarem também líderes intelectuais.

Desta forma, por esta instituição já ser historicamente determinada, não pode ser considerada perfeita nem inquestionável e, por isso, está em constante modificação do seu espaço, sendo que todos que a compõem são responsáveis por sua imagem e formação.

A formação das instituições de educação superior no país, abre muitas discussões e questionamentos, todavia, saber da sua realidade, formação e organização passa a ser um grande desafio, principalmente para os que buscam formas com o intuito de provocar mudanças e transformações no seu ambiente.

Os estudos demonstram que nas décadas de 50 e 60 ocorreram a criação de novas universidades federais no país, e em 1961 foi então aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), a qual estabelecia a autonomia das referidas universidades (Dourado, 2008).

Segundo Fávero (1999), essa mesma lei também restringia esta autonomia, dando pleno poder ao Conselho Federal de Educação, de “aprovar estatutos das universidades e promover sindicâncias através de comissões especiais em todos os estabelecimentos de ensino superior no país, para que ocorresse o fiel cumprimento desta lei”.

A Educação Superior no País e a Constituição Federal de 1988

A educação no ensino superior é citada na Constituição Federal (CF) de 1988, em seus artigos 207, 208, 213 e 218.

O artigo 207 trata da liberdade acadêmica e da autogestão nas Universidades. Neste artigo, está redigido que “as universidades tem autonomia didático-científica, administrativa e de sua total gestão financeira e patrimonial, e sempre obedecerão ao princípio da indissociabilidade quando trata do ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

Segundo autores como Catani e Oliveira (2007), a pesquisa, o ensino e a extensão não podem ser nunca separados, e constituem a soma dos elementos essenciais na organização e na produção científica dentro das universidades, com o intuito de consolidar o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Já o artigo 208 da referida constituição, em seu inciso V, reforça que é dever do Estado com a educação, à garantia do “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (Brasil, 1988). Todavia, devido ao processo da globalização e do neoliberalismo no Brasil, severas mudanças, dentre elas a mercantilização de serviços e também da educação com a oferta de dezenas de cursos de graduação, com baixo custo e baixa qualidade nas condições de oferta, que ocorreram no processo produtivo e nas relações sociais e de trabalho que buscava exclusivamente uma “reestruturação capitalista”. Todas essas mudanças, segundo Dourado (2002), colaboraram nitidamente numa “maior concentração de riquezas, incremento da corrupção, privatizações da esfera pública e, o aumento das injustiças sociais ligadas a educação.

Na opinião de Romano (2006), o Século XXI exige da Universidade um papel com maior amplitude, e a favor de todas as demandas da Sociedade, dando prioridade aos países que ainda se encontram em desenvolvimento. Que a atuação da Universidade, leve em conta as desigualdades existentes hoje, e que auxilie também na promoção da inclusão social. Se faz necessário combater a exclusão de camadas intensas da população dos países ainda em desenvolvimento dos cursos de nível de graduação. Segundo ele, a seleção de alunos para a entrada na Universidade não deve se basear apenas no mérito. Mas também deve ser um critério, porém, não o único.

Os alunos que iniciam os estudos através de políticas de democratização, precisam sim ter um tratamento diferenciado, no qual ocorra o acompanhamento acadêmico, além de bolsas que auxiliem os estudantes mais pobres a se manterem no estudo.

A EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL

A palavra evasão escolar citada neste trabalho, significa que o discente deixou de frequentar as aulas, mas isso não quer dizer que o mesmo não irá concluir o curso em outro momento mais tarde, ou em outra modalidade de ensino e curso, conforme descrito por Ajala (2011).

Por outro lado, é interessante o crescente número de matrículas na modalidade de ensino EJA (educação de jovens e adultos), o qual tem como objetivo fazer valer o artigo 208 da Constituição Brasileira de 1988, que afirma que o acesso e à permanência a educação fundamental é para todos. Mesmo sendo um importante modo de estudo para aqueles alunos que não conseguiram terminar na idade correta, a preocupação é o aumento na procura pelo curso por ser em formato à distância, e com mais facilidade de conclusão e recebimento do referido certificado.

Atualmente várias instituições sofrem um grande vazio em salas de aulas e há preocupação de professores e profissionais da área de educação com o grande aumento do abandono escolar. Vários estudos mostram que cerca de 1,3 milhões de alunos abandonam a escola antes dos 17 anos, sendo que alguns não chegam a terminar o ensino fundamental (IBGE, 2008).

Podemos observar na literatura disponível, que tem se multiplicado a quantidade de estudos que tratam da evasão escolar, um fenômeno de alta complexidade que há décadas ocorre nas instituições de ensino superior de modo geral, o que denota um grande campo para a pesquisa, aliando-se com isso, questões pedagógicas, psicológicas, sociais (Dall Alba, 2018).

Vários autores citam diversos motivos que causam essa problemática da evasão escolar, que variam desde pessoal à social, como as dificuldades ao acesso à escola, ao desinteresse do próprio discente, mesmo sabendo que, de acordo com a legislação brasileira, a educação da criança e do adolescente é de responsabilidade da família e do estado, como está descrito na LDB (1996).

Ao falarmos em evasão, mais especificamente as que ocorrem em instituições de ensino superior públicas, algumas das primeiras correlações que

demonstram são com a falta do sucesso ou ainda, com o fracasso estudantil, ou com menos frequência, a outros termos como fuga, desvio, não conclusão, rompimento de vínculo etc (Simon, 2022). Diferente disso, a literatura científica contemporânea tende a caracterizá-la de forma ampla e comum, em uma linha generalista, como sendo o ato de desistir ou abandonar o seu nível escolar sem concluir o curso em questão.

Segundo Costa (2004), essa problemática ligada a evasão escolar, é um processo histórico, que ocorre de geração para geração, sendo que a despreocupação de alguns, neste caso tanto dos pais quanto do poder público, na maioria das vezes por não darem a devida importância a educação, mesmo existindo instituições que investem, infelizmente não são suficientes para manter os alunos estudando em sala.

Já Ferreira (2001), afirma em seus estudos que são diversas as causas da evasão escolar: os professores despreparados e mal valorizados no país; escola muito autoritária; nada atrativa; falta de incentivo; os pais que demonstram desinteresse em relação ao futuro dos filhos; problemas ligados a saúde; gravidez; a necessidade de trabalho para ajudar no sustento da família; desinteresse do próprio discente; envolvimento com drogas ilícitas.

Em se tratando do problema a nível internacional, o estudo de Behr *et al.* (2020) demonstra uma visão abrangente sobre o fenômeno da evasão no ensino durante a graduação. Levando-se em conta levantamentos empíricos, focando mais no contexto de alguns países europeus, os estudos denotam três dimensões dos fatores correlacionados ao problema da evasão: nível nacional (tipo de cursos ofertados, desigualdades socioeconômicas), a nível institucional (tipo de instituição, relação com professores) e a nível individual (fatores demográficos, motivação).

Autores como Pascarella (1980), retratam e consideram à integração do discente ao ambiente universitário, em que as interações dos estudantes com à instituição teriam um papel importantíssimo na formação de experiências acadêmicas. Todavia, nem todas as interações possuem o mesmo valor: as interações de modo informais com o corpo docente contribuem em maior grau para comprometer os discentes com à instituição em que estão matriculados. À importância de tais interações vai depender, por um lado, de características individuais e também familiares, e, de outra forma, das características do corpo de professores da instituição. A união entre os alunos e as características da instituição, moldam as decisões e realizações dos discentes.

Para Braxton *et al.* (2004), a utilização do engajamento social não é tão importante para a persistência dos estudantes em comparação com as realizações acadêmicas. Isso ocorre devido a múltiplas prioridades concorrentes que passam a moldar a vida dos discentes que frequentam instituições que não são grandes faculdades de pesquisa. Dessa forma, os referidos autores sugerem que a qualidade e o tipo da instituição intervêm com o histórico dos alunos para aí sim determinar quais as experiências de âmbito universitário são mais relevantes para os resultados de conclusão do curso de graduação.

Para Santos e Real (2020) em seus estudos, apontam que existem diversas abordagens relacionadas à evasão, que envolvem principalmente as características dos discentes antes mesmo do ingresso na graduação. Dentre os motivos da evasão, destacam-se os aspectos de ordem familiar e financeiros, da escolha do curso de graduação, de desempenho, além da relação entre colegas e com a faculdade, de situação relacionada a trabalho e de aspectos relacionados à real motivação e compromisso com o curso em questão.

Alguns estudos mais específicos, desenvolvidos no âmbito das universidades federais do país, como o trabalho de Costa (2018) demonstram que por meio de análise de sobrevivência com uma corte de ingressantes entre os anos de 2011 e 2016, denotam que a evasão ocorre mais frequentemente ao longo do segundo ano, na região Sul do país e nas universidades localizadas no interior, entre homens, autodeclarados pretos, cujo ingresso foi em cursos de licenciaturas e em cursos regulares noturnos; e por outro lado, os alunos que possuem algum tipo de benefícios de programas ligadas a assistência estudantil, bem como de atividades extracurriculares demonstram menor risco de evasão.

Na maioria dos casos, a literatura nacional tem demonstrado que características socioeconômicas dos discentes não apresentam forte associação com a evasão (De Paula, 2021), pois as variáveis indicadoras de desempenho, antes e depois do ingresso do aluno, e outras questões ligadas a instituição, tais como o tipo de curso e o apoio financeiro, denotam estar mais ligadas ao fenômeno em questão.

O aumento nesta taxa de evasão escolar aparece como uma das principais atenções do Ministério da Educação (MEC), em quaisquer níveis de ensino. Ela também se encontra dentre as principais preocupações em várias políticas para o ensino superior federal, como por exemplo, os Planos

de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni (Brasil, 2007), fazendo com que seja um índice a ser reduzido, pois representa, de alguma maneira, o fracasso institucional no país.

Por conta destes altos índices de evasão, leva-se em consideração que as políticas de combate à evasão, assim como outras políticas públicas utilizadas, devem partir de um diagnóstico (Howlett; Ramesh; Perl, 2013) na qual deve-se levar em consideração os dados e as evidências acerca desta questão social.

Possíveis Motivos da Evasão Escolar

Buscando caracterizar esse fenômeno a partir de sua causalidade, podemos utilizar o trabalho de Morosini (2009), o qual realizou um levantamento acerca da evasão nos periódicos *Qualis A e B*, utilizando para isso os anos de 2000 e 2011, e logo percebeu que em grande parte os artigos apontam como as principais causas da “evasão escolar”: a) os aspectos financeiros relacionados à vida pessoal ou da família do estudante; b) os aspectos relacionados à escolha do curso de graduação, ou ainda as expectativas pregressas ao ingresso, nível de satisfação com o curso e com a universidade do estudo; c) os aspectos interpessoais, como as dificuldades de relacionamento com colegas e docentes; d) os aspectos relacionados com o desempenho dos alunos nas disciplinas e a respectivas tarefas acadêmicas – índices de aprovação, reprovação e repetência; e) os aspectos sociais, como o baixo prestígio do curso perante a sociedade, da profissão e da universidade escolhida; f) a incompatibilidade entre os horários de estudos com as demais atividades realizadas, como, por exemplo, a necessidade do trabalho; g) alguns aspectos familiares como, por exemplo, responsabilidades com filhos, apoio da família com relação aos estudos etc.; e h) os baixos níveis de motivação e compromisso com o curso de graduação.

Todas essas oito principais causas apresentadas acima na bibliografia, não encerram a lista de motivações para a evasão escolar. Infelizmente, a quantidade de razões ainda é bem maior do que essa.

Infelizmente as bibliografias não trazem pesquisas com egressos, portanto a título de hipótese, o Relatório Final da Comissão Especial criada pelo MEC no ano de 1996 para estudar o fenômeno (SESU/MEC; ANDIFES; ABRUEM, 1996) coloca estas várias causas em três grandes grupos, quais

sejam: a) fatores referentes a características individuais do estudante; b) fatores internos às instituições de ensino; e c) fatores externos às instituições de ensino.

A comissão listou mais de 40 possíveis motivações. Pela literatura consultada, não se sabe ao certo qual é o peso de cada uma delas, como também não se sabe sua variação espacial ou temporal. Pode-se apenas concluir que, se ela estiver correta, são motivações de natureza muito distintas, exigindo diagnósticos, da mesma forma, também distintos.

Se um desligamento tem relação direta com o currículo do referido curso, o diagnóstico e o prognóstico devem apontar para as incompatibilidades e revisões que seriam necessárias, indicando como sujeito desta ação a própria instituição de ensino. Por outro lado, se o problema está localizado no mercado de trabalho de determinada profissão, como à instituição deve proceder? Se, por um acaso, a família do estudante deslocou-se para outro território e isso o obrigou a perda de vínculo, qual estudo à universidade deve fazer sobre suas responsabilidades? Ou ainda, como avaliar o seu fracasso? Logo, antes de finalizar qualquer diagnóstico, se requer observar a evasão a partir de todas as suas causas, e separar os problemas públicos a serem resolvidos.

Afora essa questão, ainda partindo da teoria de que a Comissão acertou na hipótese das causas do aumento da evasão, não seria errado supor que alguns dos motivos podem sim aparecer conjugados, ocasionando o desligamento do curso. São exemplos disso, problemas familiares e pedagógicos concomitantes, individuais e institucionais aos pares. Poderiam também se somar, se alimentar e se impulsionar. Assim como nas desigualdades sociais, em que os marcadores sociais como a renda, a cor da pele, o gênero, e a orientação sexual, podem fazerem parte de sistemas que se combinam e amplificam os problemas, os impulsionadores da perda de vínculo também.

Todavia, ao que parece, a diferenciação realizada pela Comissão ainda nos deixa com reflexões: Na primeira delas, é preciso que se diga, o levantamento da causalidade prescindiu ao de uma pesquisa com os egressos, fazendo com que dessa forma não se saiba com exatidão o que realmente causaria a evasão no Brasil. De outra forma, a Comissão aloca razões cujos nexos causais demonstram serem inapropriados. Por exemplo, quando se referem na pesquisa a fatores externos, o referido relatório denota, por exemplo, as dificuldades financeiras dos discentes. Nesse ponto, já é de conhe-

cimento que a assistência estudantil é uma política universitária cujo intuito maior é garantir à permanência do aluno, combatendo as desigualdades e lutando pelo direito à educação (Brasil, 2010b). Logo, se a evasão for justificada por dificuldades financeiras do aluno, estamos diante de algo interno junto a vínculos externos. Todavia, nesse exemplo, não seria possível isentar a instituição.

Existem muitos argumentos, com ideologias muito distintas sobre o problema da evasão escolar: o desânimo de estudar, as repetências que ocorrem e as notas muito baixas que interferem diretamente para chegar ao ponto do abandono da escola. Outra questão muito importante, é o preconceito que ainda existe em nosso país, fazendo muitas vezes com que os jovens se sintam excluídos promovendo a desistência antes da conclusão do curso.

Todas as instituições de ensino, são heterogêneas, e estas recebem alunos de diversos graus sociais. Vários estudos demonstram que condições econômicas mais baixas trazem a realidade dos discentes com maiores propensões a deixar a escola (Tavares Júnior; Santos; Maciel, 2020), de modo que o “trabalho infanto-juvenil” é enunciado em várias pesquisas como forte causador disso (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020; Fritsch *et al.*, 2019).

O “envolvimento dos discentes com substâncias psicoativas” (seu uso ou a venda) é algo citado em algumas pesquisas do gênero, o que é também atribuído à dimensão social e econômica, pois o uso ou o tráfico de drogas, não dizem respeito apenas ao ato de cada um, mas podem sofrer interferência de outras variáveis de outros gêneros, como o familiar, o econômico (Schenker; Minayo, 2005).

Algumas pesquisas demonstram em seus estudos, que os jovens negros, principalmente os do sexo masculino, fazem parte do público que tende a abandonar mais a escola (Alves; Ortigão; Franco, 2007; Carvalho, 2016). Para alguns autores, a marginalização de jovens negros no âmbito do sistema educacional também é oriunda do preconceito e da discriminação racial (Calado, 2013).

A ocorrência de investimentos governamentais na educação é primordial. Existe no Brasil, instituições com a estrutura física em condições precárias, a falta de incentivo ao professor, os baixos salários ofertados a estes, afetam diretamente ao bom resultado no ensino e na aprendizagem dos alunos, fazendo com que, cada vez mais os discentes se desmotivem e abandone os cursos (Castelar *et al.*, 2010).

Para Lourenço (2013), as razões do abandono escolar não ocorrem apenas com características dos jovens, mas, sobretudo, com as suas características familiares, culturais, à instituição escolar muita das vezes tem dificuldades em responder a um público cada vez mais diversificado, em necessidades.

Autores como Borja e Martins (2014), afirmam que os alunos sentem a falta de uma preparação por parte dos professores, adequando o ensino as dificuldades dos discentes, visando facilitar a inclusão.

Seguindo com o pensamento de Borja e Martins (2014) um dos motivos que ocasionam o abandono dos cursos, é a falta de aprendizado e a dificuldade dos alunos em aprender, fazendo com que o mesmo se desmotive e venha a desistir antes mesmo de se adaptar ao novo curso. Segundo eles, outros fatores impactantes são a violência, a precariedade de materiais escolares, a linguagem e a estrutura física da escola, que colaboram muito para a evasão escolar.

Para Freitas (2007), o aumento na reprovação e o abandono das salas de aula nas instituições brasileiras, está cada vez mais preocupante, e a sociedade atual busca solucionar esses problemas, mas sem muitos resultados. Isto porque, além de fazer apenas pesquisas, seriam também necessárias ações mais direcionadas no intuito de solucionar o problema, com uma reflexão diária de professores e membros do apoio educacional, para realização de aulas mais alternativas e dinâmicas, levando para dentro das instituições e das salas de aula, metodologias que atraiam discentes com o objetivo de motivá-los para alcançar bons resultados no aprendizado.

Autores como Almeida (1996), afirmam em seus estudos que a evasão é uma doença crônica pertencente a escola brasileira, atingindo principalmente as famílias carentes que não têm condições financeiras para acompanhar seus filhos e o seu futuro. Para ele, a falta de incentivo vinda dos pais, devido à falta de estudo, também agrava a situação.

Segundo Castelar *et al.* (2010), os motivos relativos ao professor dizem respeito à qualidade do ensino. Para ele, a qualidade técnica de formação dos professores é importantíssima para a formação da cidadania na educação, porém com os baixos salários e instituições de formação com idoneidade cheias de questionamentos, acabam por comprometer o ensino. O uso das práticas pedagógicas e institucionais são referências importantes para a manutenção do aluno na escola. Algumas formas de avaliação inadequadas

e regulamentos muito rígidos também podem ser causadores de abandono (Castelar *et al.*, 2010).

Para Espínola (2010), o professor deve ser visto como um modelo de autoridade em sala, aquela que nunca vem de imposições, mas unicamente por alcançar credibilidade. Aquele que torna as aulas em sala mais atrativas, criando ótimas formas de aprendizagem, desenvolvidas de maneira organizada.

Ainda hoje, muitas vezes, o docente não tem preparo suficiente para demonstrar qualificações atreladas a essas características (Espínola, 2010).

Nessa mesma linha de pensamento, autores como Diniz (2015), citam a falta de incentivo das empresas em relação a capacitação dos seus funcionários, não facilitando, nem dando suporte para facilitar que seus empregados estudem para que com isso, possam alcançar um melhor salário e um melhor posto de trabalho, o que faz aumentar a desigualdade social.

Segundo Costa (2004), a gravidez no período de estudos também continua sendo preocupante, pois há relatos de mães que abandonaram os estudos por ter que cuidar da criança após o seu nascimento, ou as vezes passar a ter que trabalhar para sustentar e não sobra tempo para continuar a graduação, porque além de trabalhar, precisa sobrar tempo para os filhos.

Autores como Martins (2007), trazem a opção pelo trabalho ao invés do estudo; além de matrículas simultâneas em mais de uma instituição de ensino para garantir vaga; a falta de informações anteriores sobre o conteúdo do respectivo curso, além de já saberem sobre a prática profissional. O autor cita que podem haver equívocos relacionados aos desejos e aspirações para com o futuro; assim como a percepção vinda do aluno de que a qualidade do curso está abaixo daquela previamente esperada; ou ainda problemas organizacionais, como conteúdo, horário ou greves; questões de ordem individual, como a ocorrência de imaturidade ou ainda causas ligadas a instabilidade familiar; bem como à escolha inadequada do curso e despreparo do discente, dentre as quais são motivos concretos da evasão.

Os trabalhos de Martins (2007), revelam que os motivos atrelados a evasão são divididos em dois: o primeiro ligado a razões externas à universidade (não gostar do curso; a falta de perspectivas na área profissional junto ainda à dificuldade financeira familiar; complicações para conciliar o trabalho e o estudo; a longa distância da instituição de ensino que faz com que o estudante faça uma viagem diariamente para poder frequentar as aulas) e, o se-

gundo, de razões internas ligadas à universidade (falta de informação prévias sobre os cursos que à instituição possui, os aspectos pedagógicos ligados aos cursos, a atuação de professores, algum tipo de discriminação dos docentes em relação aos alunos, docentes não capacitados para lecionar certas disciplinas, além da metodologia de ensino utilizada pelos professores).

Afora isso, os estudos de Noronha, Carvalho e Santos (2001) trazem também a afinidade do aluno com o curso ou a sua decepção; a falta por parte da instituição de estímulos sociais e de ordem econômica; baixo envolvimento com o curso; a falta de tempo para trabalhar e estudar; uma outra faculdade que oferece o mesmo tipo de curso; possíveis oportunidades de emprego em outra cidade, a imaturidade do aluno; a ocorrência do casamento, além de outras razões de evasão.

Todavia, Schargel e Smink (2002 *apud* Martins, 2007) em seus trabalhos publicados, dividem as causas da evasão escolar em cinco tipos: psicológicas (imaturidade e rebeldia), sociológicas (mudanças de cidade, novas formas de trabalho acadêmico), organizacionais (à escolha das metodologias de ensino), interacionais (adaptação do aluno à vida universitária) e causas econômicas (os custos e benefícios sentidos pelos discentes).

Neste mesmo sentido, Biazus (2003) demonstra que as razões para a evasão que podem ser consideradas internas, isto é, de responsabilidade da instituição, podem ser subdivididas em: atitude comportamental dos professores e funcionários, por motivos ligados a instituição, e ainda os requisitos didático pedagógicos necessários. Para o mesmo autor, as razões externas são subdivididas entre vocação pessoal do discente, o contexto no qual ele está inserido, que também incluem os aspectos conjunturais, econômicos, além das características individuais.

Já no modelo apresentado por Gaiosio (2005), este destaca, entre outros fatores, a ausência de orientação profissional e a falta de conhecimento acerca da metodologia do curso, uma possível deficiência na educação básica, e ainda, a busca de herança profissional (estudar a mesma profissão de familiares), questões financeiras, o acontecimento de reprovações sucessivas, a falta de um referencial dentro da família, o fato de iniciar a faculdade por imposição, a ocorrência de casamentos não planejados e o nascimento dos filhos.

Para Silva (2016), atualmente temos escassez de pesquisas voltadas para encontrar meios que acabem com o problema. Ele destaca que, ainda

hoje, não existem políticas públicas diretas para tratar o problema do abandono escolar, não só da graduação, mas também do ensino médio. Existem pesquisas que mostram dados de alguns estados brasileiros que investiam na educação e que apresentam um melhor resultado com menor evasão, diferente de vários estados que menos investiram, e que apresentam uma porcentagem maior de evasão.

Costa (2004) em seus estudos, nos traz que uma das medidas para conter a evasão escolar, pensando nos alunos que permanecem trabalhado no período diurno, e tem dificuldades em frequentar as aulas, foi a implementação dos cursos noturnos. Todavia, a exaustiva jornada de trabalho faz com que os alunos falem cada vez mais, até chegarem ao ponto de desistirem, e no fim terminam por abandonarem o curso.

Autores como Barbosa *et al.* (2017), afirmam que em seus estudos, esta difundida no ambiente universitário a ideia de que o SiSU aumentou a taxa de evasão nas Instituições de ensino superior. Para os referidos autores esta ideia ainda necessita de evidências empíricas. Afora isso, por várias razões e na maioria dos casos, os discentes pretendem efetuar o retorno para regiões mais próximas dos seus lares iniciais. Dessa forma, com o SiSU, os alunos têm condições desejáveis de alcançarem o sonho com o ingresso em uma universidade federal.

Cientistas como Backes (2015) argumentam que o processo de escolha do SiSU vem possibilitar a mobilidade entre as várias universidades e cursos, incluindo o estudante que não conseguiu entrar em determinada instituição na sua primeira escolha de opção. A ocorrência disso ligado ao Sisu pode trazer alguns transtornos para as Instituições, além do aspecto pedagógico como também no administrativo, se for levado em consideração que uma parcela importante de candidatos acaba escolhendo aquele curso cuja pontuação no Enem lhe beneficiou, apesar do seu baixo interesse ou motivação de cursá-lo. No âmbito institucional:

[...] apesar dos esforços para ampliar o número de vagas ofertadas no ensino superior, o número de alunos concluintes não corresponde à quantidade de alunos ingressantes, além de que a quantidade de estudantes que não renovam suas matrículas semestralmente é crescente, indicando uma perspectiva cada vez menor para formandos dentro do período de integralização mínima do curso (Backes, 2015, p. 79).

Dessa forma, o problema, em alguma medida, está transmutado com a mudança e deslocamento do ingresso para a permanência. Segundo Coulon (2008), ressaltando o quesito do deslocamento, enfatiza que a democratização do acesso não foi acompanhada pela democratização do saber.

Para Andrade (2014), em um pensamento parecido com aquele apresentado por Backes (2015), visualizam a existência de pontos positivos, como o aumento das possibilidades de ingresso de alunos, e melhor aproveitamento das vagas nas IES participantes do SiSu, e alguns pontos negativos, como o pouco interesse e a desmotivação dos discentes que é acompanhada de altos índices de insatisfação durante a faculdade.

Para Torres (2010), a solução do problema de evasão só ocorrerá quando houver um comprometimento do estado, da família e da sociedade juntos, com um mesmo objetivo de se descobrir qual a verdadeira necessidade dos discentes e quais os caminhos certos a percorrer.

Ainda segundo o pensamento de Torres (2010), a reprovação que também acaba por gerar a desistência, vem seguido de atitudes que poderiam ser solucionadas se ocorresse uma maior preocupação por parte dos responsáveis pela educação além dos pais. Também deve ser incluído a interação com os professores, além da não compreensão dos conteúdos passados em aula, que ocasionam as notas baixas, a obrigação de trabalharem, que provoca o desinteresse dos alunos em estudar por um salário que, para eles no momento é a melhor escolha, e esquecem de pensar que mais adiante serão substituídos por alguém mais qualificado.

Na maioria das vezes, os pais não acompanham mais a vida escolar dos filhos. Estudos comprovam que o incentivo é essencial para que os discentes se mantenham plenos nos estudos, sempre buscando boas notas e um bom aprendizado. Para Castelar *et al.* (2010) temos uma cultura de muitos pais não letrados, e dessa forma, não incentivam seus filhos o suficiente para se manterem estudando e concluírem um curso de graduação. Devido ao fato de não darem a devida importância dos estudos na vida dos filhos, eles acabam por incentivar ao abandono escolar.

A Evasão Escolar no Ensino Médio

O ensino médio no país, representa-se como etapa final da educação básica a partir da LDBEN nº 9.394/96. Dessa forma, a educação básica orga-

niza-se em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, e se torna obrigatória e totalmente gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, conforme descrito na Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 2013).

O ensino médio é cheio de desafios, pois o curso deve buscar atender os discentes que ao concluírem a educação básica, devem estar aptos para realizar as avaliações para ingresso no ensino superior, posteriormente a isso, estarem preparados para ingressar no mercado de trabalho ou ainda, para enfrentar os desafios impostos durante a vida, como seres humanos conscientes de seu intuito na sociedade. As reuniões sobre um ensino médio com formação propedêutica ou para o mercado de trabalho começaram já na década de 1950, quando o ensino técnico passou a equivaler ao ensino secundário (médio) e consolidou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024/1961 (Ciavatta; Ramos, 2011).

O Ministério da Educação, avalia que o efeito da redução de matrículas que passou a ocorrer, se deve tanto a componentes demográficos como às altas taxas de evasão e migração de alunos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Importante frisar que a Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 53, diz que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento do seu ser, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 1990, recurso online). O inciso I deste artigo, diz que é assegurada a igualdade de acesso e permanência na escola, e em seu Art. 54, inciso II, afirma que é dever do Estado assegurar a obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. Pensando nisso, o fato de o jovem não concluir uma etapa de ensino vai além da sala de aula, pois, de acordo com cientistas da educação como Corti e Freitas (2010), a responsabilização dos jovens não concluírem o ensino médio se encontra:

Na desvalorização da educação pública e de seus profissionais, na ausência de programas que assegurem a viabilidade econômica dos estudos e na falta de perspectivas de continuidade. Ou seja, [...] é preciso fortalecer e qualificar o dever do Estado com a educação (Corti; Freitas, 2010, p. 27).

Como Ocorre o Abandono no Ensino Médio

Infelizmente nos tempos atuais, o abandono escolar é um dos maiores desafios enfrentados na educação brasileira, e ocorre também em grande escala no ensino médio, última etapa da educação básica e obrigatória a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

Para podermos discutir a definição de abandono escolar, demonstraremos as ideias de Benavente *et al.* (1994) e Silva Filho e Araújo (2017), e demais pesquisadores que discorrem sobre os fatores relacionados ao abandono e à evasão escolar. Dialogar sobre o abandono escolar, precisa ser uma constante preocupação dentro dos espaços escolares e principalmente nos colegiados de cursos. Deve-se ter preocupação e esta deve estar presente entre todos os envolvidos com o processo educacional: tanto o poder executivo, responsável pela oferta; a escola, que acolhe o discente; e toda a equipe presente na escola, que deve estar apta a colaborar com o sucesso daqueles que estão frequentando a escola.

Segundo Silva Filho e Araújo (2017), existem diversas interpretações da educação no Brasil “, e elas não permitem chegar a uma definição precisa de ‘evasão e abandono escolar’, pois esta requer uma compreensão das relações entre os motivos de ingresso dos alunos, e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público total”. Para estes autores, a definição de abandono escolar está muito relacionada aos fatores que levaram o discente a matricular-se na escola, mas que também integra as estatísticas do grupo daqueles que não foram aprovados. Segundo os mesmos autores, o abandono não tem origem pré definida, logo, não terá um fim por si só.

Comentar sobre o abandono escolar é referir-se também ao fracasso escolar, pois o discente que deixa de frequentar a escola, entra também nas estatísticas daqueles que não conseguiram finalizar determinada etapa de estudo. Para autores como Benavente *et al.* (1994), atualmente pode não ser mais psicologicamente viável, do ponto de vista social, um jovem com 18 anos de idade estar ou não com escolaridade obrigatória.

Temos hoje na literatura, vários fatores com muita influência sobre a evasão escolar. E quando falamos nos fatores que mais contribuem no aban-

dono escolar do ensino médio, podemos citar: a necessidade de o jovem ingressar no mercado de trabalho, a gravidez de jovens que passam a não conseguirem conciliar a gestação junto com os estudos. Estes são fatores internos mais relacionados à estrutura e também questões pedagógicas.

Autores como Castelar, Monteiro e Lavor (2012) demonstram em seus estudos que o abandono escolar pode estar relacionado também a aspectos socioeconômicos, ou ainda, causas relativas ao professor e também ao aluno e às práticas pedagógicas utilizadas.

Não há dúvidas de que as questões relacionadas a evasão escolar ultrapassam os muros da escola. Sob esse aspecto, a questão socioeconômica das famílias dos jovens também pode ser um fator que contribua, e que pode ser determinante, pois jovens com mais de 17 anos acabam ingressando no mercado de trabalho para ajudar na renda da família ou mesmo para suas próprias despesas; e na maioria das vezes, não concluíram a educação básica, por vários motivos. Na opinião de Silva Filho e Araújo (2017, p. 39):

[...] fatores intrínsecos e extrínsecos à escola, como drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdos escolar, alcoolismo, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola[...].

Muitas literaturas citam que a relação entre o estudante e a escola, também é um fator que está diretamente ligado à sua permanência ou a evasão na instituição de ensino, e à relação entre professor e aluno, bem como entre o currículo e as ansiedades e necessidades dos jovens. Segundo Lima (2018, p. 51):

[...] a escola deve refletir sobre a necessidade de redimensionar suas práticas pedagógicas, despertando nos alunos interesse e comprometimento com os estudos”, de forma que despertar o interesse dos alunos é buscar atender aos anseios que os jovens apresentam [...].

Nesse contexto, a escola é um espaço em que se deve buscar atender às diversidades existentes entre os jovens. Com relação à expressão “jovens”, Trancoso e Oliveira (2014) afirmam que está se refere à pluralidade de situações juvenis as quais são diretamente influenciadas por realidades históricas, sociais e culturais, as quais foram experimentadas pelas pessoas.

No ensino médio, sendo está a última etapa da educação básica, deve-se ter em mente que este é o momento no qual o jovem deve buscar compreender-se enquanto um ser social. Este momento é um espaço de convivência das diversidades existentes, sejam elas sociais ou culturais. Seguindo esse pensamento, esse momento de ensino, deve ser pensado também como um real momento de otimizar a formação humana, no qual deve acontecer a preparação do adolescente para a fase adulta da vida. Alguns pesquisadores como Souza (2010, p. 69-70) em suas publicações, afirmam que a escola:

[...] se coloca no desafio de buscar novas respostas para à integração dos jovens, para o desenvolvimento de valores e para a formação de homens e mulheres capazes de enfrentar com autonomia sua própria vida[...].

Consultando a literatura do país, temos que são vários os fatores que contribuem, direta e indiretamente, para o aluno desistir dos estudos em um ano e retornar no seguinte, ou ainda, de não voltar para a escola. Já para Benavente *et al.* (1994, p. 27):

Os estudos acerca do abandono escolar têm a mesma analogia com relação à existência de causas múltiplas, levando-se em consideração os países, as suas regiões, o seu grau de ensino, afora os contextos econômicos, sociais e também familiares.

Infelizmente, a evasão escolar é um grave problema enfrentado pela maioria das instituições de ensino, em todos os níveis de ensino. Nos estudos aqui referenciados, citamos nesse sub item, apenas as relacionadas ao ensino médio, o qual apresenta fatores bem distintos entre as outras etapas de ensino, necessitando de estudos mais específicos. Sendo assim, podemos ver que no Brasil o abandono escolar durante o ensino médio é um desafio a ser resolvido.

Dessa forma, devemos nos aprofundar sobre esses aspectos, pois existem complexidades dos fatores e das causas do abandono escolar, principalmente no ensino médio, apesar de também atingir outras etapas e níveis de ensino, fazendo parte de uma preocupação constante devido aos prejuízos que ocorrem, principalmente no campo educativo, pelo prejuízo escolar e pelos baixos rendimentos (Silva Filho; Araújo, 2017).

A Evasão Escolar no Ensino Superior

No ensino superior, a evasão escolar também é um problema sério (Moura e Silva, 2007), e que para esses autores, continua sem explicitações claras acerca do conceito adotado nos dados oficiais registrados.

Como demonstra Baggi e Lopes (2011), infelizmente no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), não existem detalhamentos sobre as várias definições de evasão escolar, e nem mesmo acerca do que configura oficialmente a evasão escolar, de modo que tais definições são encontradas tão somente nas pesquisas acadêmicas sobre o assunto.

Pelo fato de cada Instituição de Ensino Superior (IES) possuir seus critérios particulares de análise e classificação para o fato da evasão escolar, e pelo motivo de não haver uma rastreabilidade dos discentes dentro do sistema escolar em casos de transferência, há de certa forma um comprometimento nas análises comparativas entre diferentes instituições de ensino superior hoje no Brasil (Baggi; Lopes, 2011).

Ao detalhar as situações em que pode ocorrer a evasão escolar, pesquisadores como Ribeiro (2005), detalham a possibilidade de um discente se desligar de uma Universidade, quando na verdade o mesmo efetua o ingresso em outra, configurando isso como evasão escolar de uma universidade, todavia não do ensino superior. O mesmo autor afirma ainda que há saída de um curso para ingressar em outro dentro da própria Universidade e, neste caso, não se configura a evasão escolar, mas sim, a transferência interna, visto que, o que ocorre é, há a saída do aluno do curso de origem e migração para outro na mesma IES.

O docente Luis Eduardo Gonzalez Fiegehen, que participou como conferencista na 2ª Conferencia Latino-americana acerca do abandono do ensino superior (CLABES) no ano de 2012, durante entrevista ao Jornal da Ciência (2012), mencionou que a evasão escolar ocorre quando acontece a não conclusão dos cursos pelos alunos após o período de quatro anos. Todavia, é fácil encontramos em tal metodologia de análise um problema: se o discente se encontra estacionado em alguma disciplina que lhe provocou atraso de um ano para a conclusão, ou realizou trancamento, ou qualquer que seja o motivo do estudante não concluir o curso no tempo de quatro anos, essa compreensão já não coincide com a realidade, uma vez que consideraria como

evadido do curso o aluno que ainda está, de fato, frequentando o mesmo. Afora isso, existe certa oscilação do tempo mínimo de conclusão, sendo que alguns cursos de graduação, possuem um tempo mínimo para a formação do aluno, como sendo de cinco ou seis anos.

Para Gaioso (2005) e Holanda (2007), a evasão escolar do ensino superior traz consigo uma série de problemas, como as perdas financeiras para o discente evadido e para a sociedade como um todo. Afora isso, para a IES há perda de prestígio e glamour (Gaioso, 2005) assim como ocorre também para o curso no qual o caso ocorreu, além das perdas individuais ao discente evadido.

Causas da Evasão Escolar no Ensino Superior

Saber quais são as motivações para a ocorrência da evasão escolar constitui uma ferramenta fundamental na superação deste problema, como assinalam autores como Andrade (2010). São vários os fatores para a evasão escolar, que são questões que fogem à alçada da IES. Dessa forma, é preciso entender a existência e a influência dos fatores na evasão escolar, pensando no bem-estar do aluno, além da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, proporcionando à manutenção dos discentes nos cursos além da qualidade da formação desses, utilizando-se de políticas que tenham tais pressupostos como metas a serem seguidas.

Pesquisadores como Riffel e Malacarne (2011), afirmam que as pesquisas sobre evasão escolar geralmente fundamentam-se nas causas externas à instituição de ensino para explicá-la, tentando retirar dessas instâncias qualquer percentual de culpa que lhe é cabível neste caso. Se faz necessário discutir a evasão escolar levando-se em conta para isso, os fatores internos e externos às IES, pois essa é uma ocorrência muito grave (Ribeiro, 2005).

E, afora isso, como se define no Documento da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO, 2002), a relação da instituição educacional com a sociedade é intrínseca e todas elas refletem-se mutuamente, não sendo possível assim, isolar e responsabilizar apenas uma das partes.

Após a leitura de vários autores, constatamos que a responsabilização somente ao sujeito pela sua evasão escolar é uma realidade que vem ocorrendo há muito tempo e que tem marcado as pesquisas. Esse pensamento de evasão escolar como fruto de questões somente ligadas aos discentes é, em alguns casos, tão materializada, que os alunos, como escreveu Riffel e Malacarne (2011, p. 9):

[...] supõem que não aprendem pela desmotivação, pelo desca-so e pela falta de valorização do saber escolar em suas vidas. Entendem também que ninguém além dele próprio é o culpado: nem os pais, nem os professores e as escolas, muito menos o sistema como um todo. Falta-lhes o entendimento de que, em geral, o fracasso e a evasão são parte de um processo maior, dadas as condições anteriores externas a escolas, como as desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Já para Andrade (2010), cada um dos motivos para o aumento da evasão escolar deve ser estudado de forma particular.

Como denotam Saraiva, Bauer e Paiva (2009), devido a cobrança que a sociedade faz ao jovem para que esse tenha um nível superior de ensino, há alto investimento em termos psíquicos do discente, fazendo com que, ao adentrar o ensino superior, esse pode ter uma situação que não é a almejada.

O problema da imaturidade do aluno no momento da escolha do curso, é um quesito que pode estar ligado a escolhas irrefletidas. Para Sousa (2005), devido ao fato de à escolha da profissão acontecer ainda durante a idade da adolescência, os discentes estão em um momento de transformações físicas e psíquicas importantes, que causam conflitos naturais, como as dúvidas, angústias e ansiedades.

De fato, à escolha do curso de graduação em meio a um processo confuso como esses citados, pode acabar resultando em uma escolha que, no futuro, leva os estudantes a iniciar um referido curso e dele trocar para outro, ou finalizá-lo sem ter satisfação alguma (Ribeiro, 2005).

Pesquisadores como Souza e Dias (s/d) relatam em seus estudos que a falta de informações acerca da profissão e do curso também são motivos para evasão escolar. Para eles, o desconhecimento do discente em relação à dinâmica do curso superior, pode trazer desilusões para o mesmo durante o curso. Para Gaioso (2005): —pode haver decepções, também, quanto às expectativas levantadas pelos estudantes em relação à vida universitária, à estrutura e metodologia do trabalho acadêmico, e ao grande número de aulas

teóricas nos primeiros semestres letivos, fazendo com que o discente não tenha seus sonhos atendidos, e dessa forma, fique insatisfeito com o curso de graduação.

Uma prova do despreparo do discente na escolha do curso superior, é o elevado número de alunos que cursam, ao mesmo tempo, dois cursos de graduação que não possuem entre si nenhuma similaridade, os quais, em alguns casos, também contribui para a ocorrência da evasão escolar, pois sobrecarrega de atividades o estudante.

Segundo Arruda e Ueno (2003), o acúmulo das atividades simultâneas é um dos principais motivos para a evasão escolar. Acerca disso, Moura e Silva (2007, p. 38) afirmam que:

[...] é preciso levar em consideração que em um país no qual a maioria esmagadora de estudantes da educação superior está na iniciativa privada exista elevada incidência de dupla matrícula nas instituições públicas de educação superior e, além disso, que entre os que se encontram nessa situação seja elevada a evasão[...].

Para Sousa (2005), dentre os motivos que convergem para a ocorrência da evasão escolar, também se encontra a da insatisfação com o curso de graduação, que está automaticamente relacionada à insatisfação com a escolha profissional realizada pelo aluno, e não com o curso em por si só. Assim sendo, ao perceber que os motivos que os alimentavam com relação à IES e/ou curso não são parecidos com a realidade, alguns acadêmicos se decepcionam com o referido curso e a Universidade, e iniciam o pensamento com a possibilidade de desistência (Junior; Souza, 2007).

Muitas vezes, crianças financeiramente pobres, aprendem já na sua infância a não valorizar os estudos, priorizando as formas mais rápidas e fáceis de se obter dinheiro, e temos exemplos ligados ao uso da televisão ou futebol e o divertimento momentâneo (Silva, 2011). Isso ocorre pois —é a própria formação histórica, econômica e social que está ligada ao indivíduo e a sua cultura, o que é importante, o que tem significado.

Para alguns pesquisadores, o despreparo do discente em termos de conhecimento associado a uma cultura universitária, a qual privilegia a cultura dos professores, pode resultar em perdas, uma vez que pode acabar ocorrendo a imposição do *habitus* do professor, advinda do meio acadêmico, sobre o *habitus* do aluno (Ribeiro, 2005) e devido a isso, um choque de adaptação do discente.

As chamadas cobranças de caráter social, pelas quais passa o acadêmico, como por exemplo as relacionadas a um desempenho satisfatório em termos de aprovação, ou ainda as adaptações a novos círculos de amizade e companhia para efetuar estudos, podem parecer, para alguns, motivos que podem interferir na aprendizagem e no desenvolvimento do discente em uma IES, pois promove conflitos interiores e insegurança (Sousa, 2005).

Os problemas ligados ao de déficit de conhecimentos é maior nos cursos dos períodos noturnos (Riffel; Malacarne, 2011), os quais são, em sua maioria, compostos por discentes trabalhadores, para os quais, como afirma Ribeiro (2005), sempre falta tempo para dedicar-se exclusivamente aos estudos após o período escolar.

Segundo Moura e Silva (2007), as dificuldades para conciliar o horário de trabalho com o de estudos tem grande valor na decisão final de evasão do curso, assim como outras situações ligadas ao trabalho, como, por exemplo, a aprovação em concurso para um cargo público. Podemos aplicar essa afirmação para outras situações, como a ocorrência de transferência devido ao trabalho, a oferta de trabalho em outras localidades longínquas, e horários que não condizem com os horários de estudos.

Em muitas bibliografias, a evasão escolar no ensino superior é muito vinculada aos problemas financeiros do aluno, sendo tal fator apontado como sendo um dos principais motivos para a ocorrência do fenômeno da evasão (Gaioso, 2005; Ribeiro, 2005).

Para Balzan (1996), um problema que temos nas Universidades é a atuação de professores sem muito preparo pedagógico para lecionar no ensino superior. Dessa forma, esses professores encontram a alunos que acreditam que ingressaram na Universidade e, assim sendo, pensam que conhecerão o correto caminho para a formação cultural e profissional que sonham. Assim sendo, os discentes acreditam que aquele professor que leciona na Universidade possui excelentes quesitos e que, por isso, atua nesse nível de educação.

Dados de Evasão Escolar no Ensino Superior

Os cursos de graduação no Brasil, conforme mencionam Machado e Macedo (2013), tem tido um grande aumento nos últimos anos. Mesmo que

também tenha havido nos últimos anos uma grande elevação no número de matrículas no ensino superior, esse aumento não implica, diretamente, no aumento do número de profissionais formados, pois houve, ao mesmo tempo, um aumento no número de vagas ociosas (Gaioso, 2005; Saraiva; Bauer; Paiva, 2009).

Ocorreu um grande e substancial aumento no sistema universitário brasileiro com início nos anos 1990 (Silva, 2001). Temos ciência de que o acesso ao ensino superior é um sonho da maior parte dos alunos no país (Holanda, 2007), pois é entendido como uma credencial que facilita a ascensão social e o sucesso do indivíduo (Saraiva; Bauer; Paiva, 2009). Todavia, este sonho somente é alcançado pela menor parte da população (Moura; Silva, 2007).

Assim sendo, parece ser impossível de se imaginar que alguém, o qual já teve o acesso a esse nível de ensino, não continue dando fomento necessário ao estudo iniciado (Holanda, 2007).

Todavia, a evasão escolar no ensino superior do país é alta (Silva, 2012), sendo esse um grande problema não apenas no Brasil, mas em muitos outros países.

Em toda a América Latina, o processo de evasão escolar nos cursos superiores também é grande. A opinião de Fiegehen na já mencionada entrevista ao *Jornal da Ciência* (2012), nos revela que no mínimo 50% dos alunos latino-americanos que ingressam no ensino superior não o terminam completamente.

Mesmo tendo alguns estudos acerca dos índices de evasão escolar no Brasil, estamos longe de uma correta compreensão dos índices de evasão escolar no ensino superior, pois os resultados publicados são de difícil entendimento. O site do INEP, por exemplo, conforme demonstrado por Baggi e Lopes (2011):

[...] não disponibiliza de forma explícita os números sobre a saída de alunos; o cálculo pode ser aproximado quando se leva em conta o número de alunos matriculados, ingressantes e concluintes a cada ano. Essa prática revela-se diferente do que é feito em relação ao aumento do número de alunos com acesso ao ensino superior, que vem sendo largamente divulgado pelos órgãos governamentais. A falta de detalhes sobre os números encontrados causa problemas, pois não temos como qualificá-lo, ou seja, não há o rastreamento do movimento do aluno dentro do sistema educacional, e, assim, a evasão em uma instituição pode representar matrícula em outra[...].

De outra maneira, se os resultados fossem disponibilizados com maior clareza e objetividade, nos mostraria maior acesso e compreensão sobre os percentuais de evasão escolar no Brasil, possibilitando melhoras nas políticas de combate (Baggi; Lopes, 2011).

Outro ponto de difícil entendimento nos estudos já publicados sobre evasão, é a ocorrência de processos que modificam os números de formandos. Temos como exemplo, o que foi encontrado na pesquisa de Andrade (2010), sendo que neste estudo a autora publicou dados que indicam que algumas IES no/Brasil, publicam editais para ocupação das vagas ainda ociosas, o que provoca o aumento do número de matriculados, que é algo positivo no contexto da evasão escolar.

Todavia, ao realizar o estudo sobre a evasão escolar levando em conta o cálculo do número de matriculados e de concluintes, torna mais distante da materialidade da ocorrência da evasão escolar, devido ao fato de que os alunos que ingressam para ocupar vagas ociosas são contados como se fossem os mesmos alunos que ingressaram no início do curso.

Conforme coloca Brasil (2007), um dos motivos para o índice de evasão escolar no ensino superior em licenciatura, por exemplo, é a falta de perspectivas na carreira docente, pois nessa profissão o salário pago pelo ensino público é baixo (p. 63), devido a pouca importância dada pelo Estado e pela sociedade para o professor que, dessa forma, ainda precisa compactuar com a baixa autoestima. Dessa forma, Brasil (1996b, p. 30) destaca:

[...] já no primeiro semestre de seu curso superior, o estudante percebe que além de mal remunerada, a carreira do magistério, no Brasil só é, lamentavelmente, valorizada no discurso e na propaganda oficiais. Tal constatação é determinante da alta evasão em todos os cursos de licenciatura analisados. Junta-se a isto o fato de que parcela significativa desses estudantes faz parte da classe economicamente desfavorecida, em termos de renda familiar ou pessoal[...].

Estudos demonstram que a imagem do curso diante da sociedade também interfere nos índices de evasão escolar. Assim, —infelizmente a opinião de alguns licenciandos possuem sobre a profissão docente não é satisfatória, tanto pela visão nada positiva das perspectivas do mundo do trabalho como também pelo valor profissional (Moura; Silva, 2007, p. 40).

Segundo Saraiva, Bauer e Paiva (2009), trata-se de uma grande frustração com o ideal do discente, a qual poderia incluir desde a decepção com

a área de estudos até poucas expectativas de inserção no mercado de trabalho por mérito da conclusão do curso.

Sabemos que algumas condições de trabalho docente na educação fundamental e média do país são péssimas. Ao ingressar nessa profissão, o docente recém-formado observa salas de aula superlotadas de alunos, uma grande carga horária de trabalho, além de falta de estrutura, de material e recursos, sem contar com um grande número de alunos sem interesse e indisciplinados (Lippe; Bastos, 2008).

Temos que ter ciência que é necessário haver afinidade entre o aluno e a disciplina que lecionará no futuro, o primordial é que esse não seja o único motivo para a escolha dos cursos de licenciatura, pois não se trata, necessariamente, de ser biólogo, matemático, ou literato, mas, obviamente, de ser professor das disciplinas correspondentes, o que torna necessário também, ter interesse pela docência.

Assim, sabemos que é importante haver o interesse específico pela docência nessas disciplinas com o intuito de haver uma formação e atuação que satisfaça tanto o interesse do profissional ainda em formação, quanto aos objetivos desses cursos de licenciatura, além de serem atendidas as necessidades da sociedade em geral. Temos ciência de que nem todos os discentes, ao adentrarem os cursos, têm a ideia já formada pela opção da docência, sendo um dos melhores caminhos durante a formação dele, a compreensão e a problematização acerca das aspirações e das pretensões dos alunos dos cursos de licenciatura do país.

Dentre os diversos motivos, a não identificação com o curso pode estar relacionado à questão da evasão escolar nos cursos de licenciatura, pois, de certa forma os discentes não apresentam a afinidade necessária com a modalidade do curso escolhido, além de que talvez lhes falte informação sobre o assunto antes do seu início na instituição, o que atrapalha uma escolha consciente em relação à formação oferecida no curso. Além disso, a falta de identificação com o curso também é motivo para a evasão escolar no país, pois, como denotam Moura e Silva (2007), alguns discentes permanecem nos cursos de licenciatura até realmente vivenciarem a experiência da docência, momento no qual perceberem que, não era aquele curso o qual eles gostariam de fazer.

Análise das Avaliações e sua Ligação com a Evasão Escolar

Para evidenciarmos e comprovarmos a eficácia do ensino dado aos discentes, a avaliação se apresenta como uma ferramenta que oportuniza a tomada de decisões e redirecionamentos dos trabalhos de professores.

Com o intuito de se conseguir resultados melhores na aprendizagem, devemos definir bem os objetivos do processo de ensino e, assim, analisarmos para que servem os resultados alcançados (Luckesi, 2011). Segundo Perrenoud (1999), “não se avalia por avaliar, mas para fundamentar uma *decisão*”.

A forma de avaliar a aprendizagem, nos leva ao trabalho cotidiano da sala de aula no qual o professor é o principal responsável neste processo, mas não é o único. Sendo assim, a interação entre professor, aluno e conteúdo serve como o pontapé para a construção de conhecimento. Cientistas como Hoffmann (2014, p. 53) nos remetem a ideia de que:

[...] o aluno constrói o seu conhecimento na interação com o meio em que vive. Portanto, depende das condições desse meio, da vivência de objetos e situações, para ultrapassar determinados estágios de desenvolvimento e ser capaz de estabelecer relações cada vez mais complexas e abstratas [...].

A interposição do professor na real interação em sala de aula, deve comprometer com a busca da aprendizagem dos alunos visando os melhores resultados possíveis. Isto nos faz refletir sobre as colocações de cientistas da educação como Luckesi (2011), na qual o mesmo diferencia o ato de “dar aulas” do de “ensinar”, no qual este se refere ao desejo de que os discentes aprendam, otimizando também nos resultados, e aquele outro se refere a esperar que os alunos venham a aprender. O ato de ensinar nos remete a querer que o aluno aprenda e tenha bons resultados, e ministrar aulas é ter a esperança de que ele realmente aprenda.

Os familiares do aluno também possuem um papel importantíssimo no acompanhamento do processo avaliativo, pois, ao apresentar-se à família, a avaliação realizada tem a função “de *prevenir* (Perrenoud, 1999). O referido autor cita em seus estudos sobre o fracasso que se anuncia, acrescentando “desde que continue assim!”. Segundo ele, a busca por um bom resultado é

uma ação do discente, do professor em conjunto com a gestão escolar, devendo-se também incluir a família nesse processo.

Ainda segundo Perrenoud (1999), o processo de avaliação não deve contribuir para um processo negativo, no qual o discente seja definido pela nota obtida em uma nota de uma avaliação. As literaturas nos remetem a pensar que a avaliação deve concentrar-se como uma forma de repensar as metodologias utilizadas, e os instrumentos em sala de aula. Dessa forma, o ato de se avaliar o aluno, não deve ser algo pontual, utilizando-se de um único momento preestabelecido. O ato de avaliar, deve ser cotidiano e contínuo, para que o discente possa crescer a partir dos seus resultados obtidos em cada momento (Perrenoud, 1999).

Dessa forma, o trabalho do professor e da instituição de ensino devem utilizar-se das formas de avaliação como um processo e ferramenta para promover a aprendizagem e a aprovação dos que estão frequentando a escola, pois, da mesma forma como nos traz Luckesi (2011), “vale a pena não se contentar com “qualquer resultado”, mas sim buscar o “melhor”.

Exemplos de Possíveis Ações para Diminuir o Grau da Evasão

Com os dados bibliográficos apresentados, torna-se necessário algumas mudanças nas instituições, com relação a alocar maiores recursos financeiros e procurar promover a maior participação dos discentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Afora isso, é importante passar a investir mais na preparação do corpo docente da instituição, a fim de receber essas novas gerações “digitais” de discentes que passaram a ingressar nas faculdades.

Em se tratando de elementos categorizados como fatores internos de evasão das instituições de ensino (Coimbra; Silva; Costa, 2021), é papel destas realizar iniciativas para reformular os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação, fazendo com que estes sejam mais atrativos, contemporâneos e modernos, tendo em vista, na maioria dos casos, a redução das aulas essencialmente teóricas, com o aumento das atividades práticas e extracurriculares.

Já os motivos de evasão atrelados aos fatores externos (Coimbra; Silva; Costa, 2021) demonstrados pelos alunos que abandonaram, as instituições necessitam buscar, junto à Reitoria, obter mais recursos financeiros. Este princípio visa assegurar várias formas de apoio à permanência do estudante, incluindo neste caso, auxílios financeiros, investimentos na moradia estudantil e no aumento da oferta, por exemplo, de refeições pelo restaurante universitário da instituição.

Para os motivos de evasão classificados como fatores ditos como de ordem pessoal (Coimbra; Silva; Costa, 2021), as instituições deverão implementar ações mais estratégicas para melhorar as condições psicossociais dos discentes. Teremos com isso, o estabelecimento de políticas de inclusão e diversidade, para que todos os alunos tenham acesso realmente equitativo às boas condições de aprendizagem e desenvolvimento. Afora isso, será necessário promover melhorias na área da saúde mental e, melhorando o diálogo, aumentando também as discussões de forma democrática, somando positivamente a isso a melhora do relacionamento interpessoal e reduzindo desigualdades entre professores e alunos, assim como entre os próprios colegas.

Levando-se em consideração as ações que podem ser utilizadas para diminuir o fenômeno da evasão, não existem muitos casos documentados no país, de forma institucional e profissionalizada, como demonstram os estudos de Silva *et al.* (2007), todavia existem alguns registros de experiências que tiveram êxito. Autores como Gregório *et al.* (2017), demonstram os casos do Instituto de Química de São Carlos/USP e da UFRGS em um mesmo estudo. Com relação ao primeiro, os autores afirmam que, visando a diminuição dos problemas de adaptação de discentes, aquela instituição de ensino criou em 2004 uma disciplina chamada Acompanhamento Pessoal e Profissional. A referida disciplina era oferecida no primeiro semestre do curso de química. Ela realizava a previamente a divisão dos alunos de ingresso em grupos de dez, sendo que estes ficavam sob a supervisão de um professor tutor designado. A principal função desse professor, era auxiliar os discentes na elaboração estratégica das suas atividades acadêmicas, como por exemplo, à escolha das disciplinas da matriz curricular, a melhor escolha de horários de estudos e a pronta orientação em resolver eventuais problemas (Gregório *et al.*, 2017).

Já no segundo caso descrito por Gregório *et al.* (2017), é chamado Programa de Apoio à Graduação – Química (PAG-Química), que foi desenvolvido exclusivamente pela UFRGS. A forma desse programa consiste em

uma revisão dos materiais teóricos e práticos das principais disciplinas de Química Geral oferecidas em diferentes cursos da universidade. Dessa forma, os discentes participantes devem assistir a pequenas aulas teóricas de recapitulação e resolver, em grupos, os exercícios oriundos de testes anteriores de disciplinas de Química Geral com a ajuda de uma equipe composta por professor, pós-graduandos além de monitores. O objetivo do PAG-Química se resume nos seguintes quesitos: 1) os exercícios são resolvidos pelos discentes, de acordo com a velocidade de cada um, de modo a dinamizar a compreensão do conteúdo; 2) mantem-se um contato fiel entre aluno, pós-graduandos e professor da referida disciplina; 3) os discentes levam suas dúvidas para a sala de aula, pois passam a sentirem-se os responsáveis pela construção de sua aprendizagem; 4) não ocorre constrangimento dos alunos na realização de perguntas, de modo que estas contribuem muito para a melhor aprendizagem do grupo (Gregório *et al.*, 2017).

Outro dado divulgado de experiência positiva de redução de evasão da educação superior, vem do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, como demonstra Gilioli (2016). Neste instituto, cada unidade acadêmica criou uma comissão composta por docentes, técnicos, gestores e discentes que desistiram do curso, cuja finalidade era a de diagnosticar os quesitos que causaram a evasão. Nesta oportunidade, foram levantados 110 quesitos, para os quais foram planejadas 190 ações de intervenção que realizaram, por exemplo, as revisões de metodologias de ensino do curso, a inclusão de discentes em estágios, viagens técnicas de estudo, a concessão de incentivos fiscais para participarem de eventos e feiras científicas e auxílio financeiro para elaboração de trabalhos de conclusão de curso.

Autores como Sacramento (2015), destacaram que à Universidade Federal de Viçosa possui grande tradição de assistência estudantil, sendo esta instituição a primeira a fazer uso do regime de internato em suas dependências próprias, ainda durante a sua instalação, no ano de 1928. Todavia, segundo Magaldi (2015, p. 19), à instituição é:

[...] pioneira na oferta de alojamentos para os alunos, a qual, em função disso, também tem acumulado conflitos nesses espaços. [...] Os conflitos presentes nos alojamentos são de diferentes ordens, mas a seriedade de alguns levou a UFV a realizar a pesquisa Direitos Humanos nas moradias estudantis da UFV[...] Uma vez diagnosticados os conflitos, vários projetos foram desenvolvidos e estão sendo implementados. Contudo, ainda há muito a se refletir sobre sua efetividade.

Levando ainda em consideração as condições de permanência na instituição, Barbosa (2017) demonstra que, de todos os que participaram da sua pesquisa, 71% acham que fazer uso apenas dos benefícios oferecidos ainda é insuficiente para conseguir mantê-los na instituição. Coloca, ainda, que muitos, na tentativa de unir trabalho e estudo, apresentaram diminuição em seu rendimento acadêmico. Todavia, 26% dos participantes afirmaram que as bolsas dadas pela instituição de ensino, eram sim suficientes para as despesas. Dessa forma, para a autora, os programas de Assistência Estudantil acatam corretamente o papel social, a pesquisa demonstra que muitos dos alunos não teriam “êxito em sua trajetória acadêmica sem terem os auxílios de assistência estudantil, o que, de qualquer forma, poderia provoca o aumento da retenção e evasão” (Barbosa, 2017, p.71).

Fica claro que no cenário educacional do país, o discente aparece como sendo o elo mais fraco da engrenagem, ficando totalmente a deriva, fazendo com que sua vida seja levada para lá e para cá, dependendo da massificação imputada a ele pelo poder dominante. Sendo assim, autores como Freire (1982), defendem a ideologia na qual é preciso superar o condicionamento do pensar falso sobre si e sobre o mundo. Isso é traduzido na revisão profunda nos moldes de conceber o mundo, bem como nas manifestações dos jovens e também dos adultos para terem nas suas mãos o próprio destino. Por esse raciocínio, o docente teria muito a contribuir, fazendo com que ele seja a peça fundamental, seguido pela família, ou do próprio discente, medidas essas capazes de sobrepor os problemas relacionados à aprendizagem, bem como à transformação da visão do mundo em um sentido mais amplo

Seguindo o pensamento de elementos que colaboram com a diminuição da evasão e, após um longo processo de solicitações de diversos dirigentes e professores das Instituições públicas de Ensino Superior, o Governo elaborou o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que fala sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Kowalski, 2012). As várias ações pertencentes ao contexto da assistência estudantil trazidas pelo PNAES, trazem como quesitos importantíssimos: viabilizar por igualdade de oportunidades todos os estudantes, passar a agir previamente em questões ligadas a repetição e a evasão, que advém da falta de recursos financeiros, e ainda, promover a melhoria do desempenho acadêmico (Vasconcelos, 2010).

Autores como Andrade e Teixeira (2017), em seus estudos, afirmam que o objetivo do PNAES é “promover a inclusão social, democratizar as

condições de permanência dos estudantes já matriculados em cursos de graduação de forma presencial das instituições de ensino, e promover a redução das taxas de retenção e evasão dos cursos”.

Conforme está descrito no Decreto n.º 7.234/2010 (Brasil, 2010), as áreas em que o PNAES deve atuar com a utilização de ações de assistência estudantil são: ajuda relacionadas a moradia estudantil, a alimentação, ao transporte do aluno, atenção à saúde, facilitar a inclusão digital, cultura, esporte, a utilização de creche, apoio pedagógico quando necessário, acesso e participação na aprendizagem de alunos com algum tipo de deficiência

O PNAES é um programa de âmbito nacional. Todavia, cada instituição tem total independência para utilizar os recursos que forem disponibilizados, levando em consideração as particularidades e demandas locais da instituição, em acordo com áreas já previstas na legislação, com o intuito de melhorar o desempenho acadêmico, e diminuir os problemas da retenção e da evasão escolar (Andrade; Teixeira, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a partir dos anos 2000 mudanças significativas ocorreram nos aspectos relacionados a uma melhor democratização do acesso à universidade no Brasil, com políticas benéficas, que contribuíram para aumentar a oferta de vagas no país.

Todavia, mesmo com as melhoras nas políticas educacionais, atualmente à universidade passa por momentos de real retrocesso, oriundos da conjuntura política adotada pelo Estado, por exemplo, no que diz respeito a manutenção da qualidade educacional do país.

É possível visualizar, que apesar das diferenças existentes em cada instituição, ocorre certa semelhança nas motivações que ocasionam a evasão escolar dentro do ensino superior, ao passo que as motivações reveladas pelos alunos evadidos, bem como pelos dirigentes das instituições dos cursos, são todas motivações que já vêm sendo demonstradas na literatura da área.

Após o estudo, é possível perceber a falta de consenso em torno do conceito de evasão escolar no ensino superior do país, bem como detalhes importantes como a objetividade e maior clareza, inclusive em estudos oficiais, acerca da concepção e a analogia dos casos, que acaba por constituir complicações para as pesquisas sobre a evasão escolar no país, pois impossibilita comparações reais entre diferentes instituições e diferentes estudos.

Todos os fatores que provocam a evasão escolar encontrados no contexto dessa pesquisa, não possuem diferença significativa dos fatores encontrados em outras pesquisas, o que torna claro que, ainda que ocorram particularidades em determinadas regionais, há maior similaridade nesse aspecto.

Após o estudo, passamos a considerar como medidas positivas para a diminuição da evasão escolar, uma maior aproximação entre a instituição e a sociedade, com a intenção de informar acerca da formação que se espera deste nível de ensino, e maiores esclarecimentos sobre todos os cursos oferecidos pela instituição; além do conhecimento sobre o contexto socioeconômico dos alunos dos cursos; a maior oferta de Orientação profissional, com a utilização, por exemplo, de Projetos de Extensão na área, aumentar

a oferta de Bolsas de estudo ao aluno; de cursos de nivelamento aos novos alunos que possuem dificuldades; além do maior investimento na formação continuada dos professores de ensino superior, principalmente nos aspectos de cunho didático-pedagógico.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M. C.. **Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 523-542, 2020.

AJALA, M.C. **Aluno EJA: motivos de abandono e retorno escolar na modalidade EJA e expectativas pós EJA em Santa Helena-PR**. 2011. Monografia - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Medianeira, Paraná, 2011. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br>. Acesso em: 28/06/2024.

ALMEIDA, M.A. **Programa Bolsa Escola**. São Paulo: Instituto Polis, 1996. Acesso em: 01/08/2024. Disponível em: <http://www.polis.org.br>.

ALVES, F.; O., Isabel; FRANCO, C. **Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 161-180, 2007.

ANDRADE, A, F. A. de. **Análise da evasão no curso de administração a distância – projeto piloto UAB: um enfoque sobre a gestão**. 2010. 138f. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Administração – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ANDRADE, J. B. **A evasão nos bacharelados interdisciplinares da UFBA: um estudo de caso**. 2014. 179 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre à Universidade) — Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15077> Acesso em: 15 maio 2024.

ARRUDA, S. M.; UENO, M. H. **Sobre o ingresso, desistência e permanência no Curso de Física da Universidade Estadual de Londrina: algumas reflexões**. Revista Ciência & Educação, Bauru v. 9, n. 2, p. 159-175, 2003.

ANDRADE, A. M. J. de; TEIXEIRA, M. A. P. **Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbP-TRwQrjP6x/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRADLEY, S.; MIGALI, G. **The effects of the 2006 tuition fee reform and the great recession on university student dropout behaviour in the UK.** Journal of Economic Behavior & Organization, v. 164, p. 331-356, 2019. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeejeborg/v_3a164_3ay_3a2019_3ai_3ac_3ap_3a331-356.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 16, núm. 2, jul 2011, pp. 355-374. Universidade de Sorocaba.

BALZAN, N. C. **Discutindo o processo de socialização profissional.** In: REALI, A. M. de R.; MIZUKAMI, M. da G. N. (Org.). Formação de Professores: Tendências Atuais. São Carlos: EdUFSCAR, 1996.

BACKES, D. A. P. **Análise sobre a influência do sistema de seleção unificada (SiSU) na evasão do curso de administração da Universidade Federal de Mato Grosso.** Revista de Administração do Sul do Pará, v. 2, n. 1, p. 79-105, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333659217_ANÁLISE_SOBRE_A_INFLUENCIA_DO_SISTEMA_DE_SELECAO_UNIFICADA_SiSU_NA_EVASAO_DO_CURSO_DE_ADMINISTRACAO_DA_UNIVERSIDADE_FEDERAL_DE_MATO_GROSSO. Acesso em: 19 mai. 2024.

BARBOSA, J. P. G. *et al.* **A adoção do SISU e a evasão na Universidade Federal de Uberlândia.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. 2, p. 722-738, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8352>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BENAVENTE, Ana *et al.* **Renunciar à escola – o abandono escolar no ensino básico.** Lisboa: Fim de Séculos Edições Ltda., 1994.

Behr, A., Giese, M., Kamdjou, H. D. T., & Theune, K. **Dropping out of university: A literature review.** Review of Education, 8, 614-652.,2020.

BIAZUS Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: Um estudo no curso de Ciências Contábeis.** 2003. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

Braxton, J., Hirschy, A. S., & McClendon, S. A. **Understanding and reducing college student departure: ASHE-ERIC Higher Education Report.** Wiley Periodicals., 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 25/10/2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).** Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260compilado.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos (PROUNI).** Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://accessou-nico.mec.gov.br/prouni/duvidas#o-prouni>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em 25/10/2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas.** Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. ANDIFES/ABRUJEM/SESu/MEC. 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019.** Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

BORJA, I. M. F. S; MARTINS. A. M. **Evasão escolar: desigualdade e exclusão social.** 2014. Revista Liberato, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2013. Disponível em: <www.liberato.com.br>. Acesso em: 29/07/2024.

CALADO, M. da G. **Escola e enfrentamento do racismo: as experiências das professoras ganhadoras do Prêmio Educar para a Igualdade Racial**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CASTELAR, C. U. P.; *et al.* **Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no Estado do Ceará**. Ceará, 2010. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 25/10/2024.

CASTELAR, P. U. de C.; MONTEIRO, V. B.; LAVOR, D. C. **Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no Estado do Ceará**. In: ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 8., 2012, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: IPECE, 2012. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2012/UM_ESTUDO SOBRE CAUSAS ABANDONO ESCOLAR PUBLICAS ENSINO MEDIO CEARA_2o_lugar.pdf. Acesso em: 18 fev. 2024.

CATANI, A.; OLIVEIRA, J. **A Educação Superior**. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2007.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 7 ago. 2024.

COIMBRA, C. L.; SILVA, L. B. E.; COSTA, N. C. D. **A evasão na educação superior: definições e trajetórias**. Educação e Pesquisa, v. 47, p. e228764, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJJsNnyNkFfJQj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Costa, F. J. D., Bispo, M. D. S., & Pereira, R. D. C. D. F. **Dropout and retention of undergraduate students in management: A study at a Brazilian Federal University**. RAUSP Management Journal, 53, 74-85., 2018.

CORTI, A. P.; FREITAS, M. V. de. **Universalização e Obrigatoriedade do Ensino Médio**. In: CAVALCANTE, Márcia H. Koboldt; SOUZA,

Rui Antônio de (org.). Ensino Médio: mudanças e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

COSTA, M. H. R. **As causas da evasão escolar: um estudo de caso numa unidade de ensino da rede municipal de Salvador.** 2004. 68 f. Monografia (Especialização) - Curso de Licenciatura, S/i, Salvador, 2004. Disponível em: <educere.bruc.com.br>. Acesso em: 22/08/2024.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária.** Salvador: EDUFBA, 2008.

DALL ALBA, F. **Evasão acadêmica em uma instituição de ensino superior privada na Região Sul do Brasil: diagnóstico à proposição de um programa de permanência.** 2018. 125 f Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2018.

De Paula, G. **Desigualdades sociais e evasão no ensino superior: Uma análise em diferentes níveis do setor federal brasileiro** [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação., 2021.

DINIZ, C. S. **Evasão escolar no ensino médio: causas intraescolares na visão dos alunos.** 2015. 147 f. Tese (Doutorado) - Curso de Licenciatura, Una, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <www.mestradoemgsedl.com.br>. Acesso em: 25/08/2024.

DOURADO, L. F. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90.** In: Educação e Sociedade, v. 23, n. 80. Campinas, 2002, p. 234-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da Educação Superior: múltiplas regulações e Reforma Universitária no Brasil.** In: VII Seminário da RedEstrado. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1096.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ESPÍNOLA, F. A. L. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino médio.** 2010. 47 p. monografia (trabalho de conclusão de curso- TCC) universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br>. Acessado em: 02/12/2024.

FERREIRA, A. Buarque de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, L. A. M. **Direito da Criança e do Adolescente: direito fundamental à educação**. Presidente Prudente – SP, 2001. Disponível em: www.editorarealize.com.br>. Acessado em: 08/09/2024.

FREITAS, G. L. A. **O resgate social e o combate à evasão escolar por meio do esporte**. 2007. 37 p. Monografia (Especialização). Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância, 2007. Brasília, 18 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 01/12/2024.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRITSCH, Rosângela *et al.* **Percursos escolares de estudantes do ensino médio de escolas públicas do município de São Leopoldo, RS: desempenho escolar, perfil e características**. Ensaio, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 543-567, 2019.

GAIOSO, N. P. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília, 2005. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Brasília. Mimeo.

GREGÓRIO, J. R.; LEITE, C. C.; LEAL, B. C.; NITSCHKE, W. K.; PEDERZOLLI, F. R. S.; NOBRE, K. M.; FRAGA, M. V. B.; SILVA, C. B. **O programa de apoio à graduação em química (PAG-Química) e sua contribuição para a democratização e permanência dos estudantes no ensino superior**. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v. 16, n. 3, 540-558, 2017.

GARCIA, L. M. L. S.; LARA, D. F.; ANTUNES, F. **Investigação e análise da evasão e seus fatores motivacionais no Ensino Superior: um estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 26, p. 112-136, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/thxzBNWwkN5bHpSH7cFcmFg/#>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GILIOLI, R. S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Estudo Técnico, maio de 2016.

HASHIMOTO, M. S. **O perfil dos alunos evadidos dos cursos de graduação da Faculdade de Ciências – Câmpus de Bauru – Unesp e as possíveis contribuições para políticas voltadas ao enfrentamento desse problema na educação superior pública.** Orientador: Maria da Graça Mello Magnoni. 2023. 136 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/67bf2171-f249-40d8-ac70-07f86a1b64a9>. Acesso em: 18 jan. 2024.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 33. ed. Porto Alegre: Editora Medição, 2014.

HOLANDA, J. **O desafio é ser atraente.** Revista Ensino Superior, v.100, 2007, p. 28-32.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral.** São Paulo: Campus, 2013.

JUNIOR, A. G. B.; SOUZA, R. R. **Estudo da evasão no curso de licenciatura em física do CEFET-GO.** Anais... VI ENPEC. Florianópolis, 2007. Disponível em: <www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p133.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 179 p. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

LIMA, R. R. de. **O abandono escolar do ensino médio da Escola Estadual Rui Barbosa.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

LIPPE, E. M. I.; BASTOS, F. **Formação inicial de professores de Biologia: fatores que influenciam o interesse pela carreira do**

magistério. In: Formação de professores e práticas pedagógicas no Ensino de Ciências: contribuições da pesquisa na área. BASTOS, F. NARDI, R. (Org.) São Paulo: Escrituras, 2008.

LOURENÇO, A. R. M. **Motivações na origem do Abandono Escolar: Estudo de Caso com Jovens Sinalizados na CPCJ de Castelo Branco.** 2013. 182 f. Tese (Doutorado) - Intervenção Social Escolar Instituto Politécnico de Castelo Branco Escola Superior de Educação, Castelo Branco, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/>. Acesso em: 10/08/2024.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, R.; MACEDO, J. **Qualidade do ensino superior em Administração: Avaliação dos Egressos de uma Universidade Pública na Região do PR.** Espacios. Vol. 34 (3), p. 09, 2013.

MAGALDI, J. A. **Um panorama sobre o momento expansionista do ensino superior: entraves e possibilidades.** In: QUIOSSA *et al.* (org). Casos de gestão: políticas e situações do cotidiano educacional. 1 ed., p.17-23, Juiz de Fora: Fadede, 2015.

MARTINS, C. B. N. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior.** 2007. Dissertação (Dissertação em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, 2007.

Morosini, M. C. **Qualidade na educação superior: tendências do século.** Estudos Em Avaliação Educacional, 20(43), 165–186. <https://doi.org/10.18222/eae204320092043>

MOURA, D. H.; SILVA, M. dos S. **A evasão no curso de licenciatura em Geografia oferecida pelo CEFET-RN.** Holos. Ano 23, Vol. 3, 2007.

NOGUEIRA, M. A. **Universidade, conhecimento e opinião.** 2004. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?id=38&page=visualizar>. Acesso em: 01 ago. 2024.

NORONHA, A. B.; CARVALHO, B. M.; SANTOS, F. F. **Foganhole. Perfil dos alunos evadidos da Faculdade de Economia, Admi-**

nistração e Contabilidade Campus Ribeirão Preto e avaliação do tempo de titulação dos alunos atualmente matriculados. São Paulo: NUPES / USP, 2001. 57 p.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REIS, D. dos S.; CALADO, M. da G. **Diálogos possíveis entre educação antirracista e decolonial: vozes insurgentes, pedagogias críticas e a Lei 10.639/03.** Cadernos do Aplicação, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 1-14, 2020.

RIBEIRO M. A. **O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária: Um Estudo Preliminar.** Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2005, p.55-70.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino Médio, o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR.** In: HASPER, R.; RIBEIRO, R. do R do R. G., SILVA, S. A. (Org). O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Produção didático-pedagógica, 2008. 1º Ed. Curitiba: SEED, 2011, V. II.

ROMANO, R. A. **Reflexões sobre a Universidade.** In: SILVA, M. A.; SILVA, R. B. (Orgs). A ideia de Universidade: rumos e desafios. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

SACRAMENTO, D. L. de A. **Gestão de Assistência Estudantil: a convivência nos alojamentos UFV.** 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação de Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1627/1/deboralysdealmeidasacramento.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SANTOS, J. S.; REAL, G. C. M. **A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 22, n. 2, p. 385–402, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/GMZ-gPdKRPFGHKcfRrZ6kXKf/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Santos, J. S. Jr., & Real, G. C. M. **Fator institucional para a evasão na educação superior.** Revista Internacional de Educação Superior, 6, 1-22., 2020.

SARAIVA, L. A. S.; BAUER, M. A. L.; PAIVA, K. C. M. de. **Desafios no universo das organizações de educação superior.** In: Revista Gestão e planejamento, v. 10, n° 2; 179-192, jul./dez. 2009.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. Cecília de S. **Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005.

SESU/MEC; ANDIFES; ABRUEM. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em IES públicas: Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras.** Brasília, DF: [s. n.], 1996. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

SILVA, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, setembro-dezembro, 2007.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências.** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 29 jun. 2017. Disponível em: [Https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527](https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527). Acesso em: 5 jul. 2024.

SILVA, M. J. D; SILVA. S. I. **Evasão escolar na educação de jovens e adultos: estudo de caso de uma escola pública no município de acará, Pará.** 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br>. Acesso em: 21/10/2024.

SILVA, C. A. A. da. **Além dos muros da escola: as causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos.** 1.ed. Campinas: Papirus, 2011.

SILVA, L. H. da S. **Evasão, uma situação instada e difícil de atacar!** Oficina Regional ForGRAD 2012. Disponível em: www.forgrad.org.

com.br/.../apresentacao_oficina_regional_2012_regiao.... Acesso: 15 Nov. 2024.

SILVA, G. P. **Análise de Evasão no Ensino Superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 18, n. 2, p. 311-333, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/7wW3qTf6LqYqhnHjnjqXN5Td/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, D. B.; FERRE, A. A. O.; GUIMARÃES, P. S.; LIMA, R.; ESPINDOLA, I. B. **Evasão no ensino superior público do Brasil: estudo de caso da Universidade de São Paulo**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 27, p. 248-259, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KJr3VDQdmbJtXJXYzMJVjcw/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SIMON, L. W. **Não é chegada a hora de dizer adeus: Um modelo de gestão para a evasão no ensino superior**. 2022. 264 f. Tese(-Doutorado em Administração)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SOUSA, E. M. C. de. **Orientação profissional nos cursos de graduação: contribuições e limites**. 68f. Dissertação – Mestrado em Educação – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

SOUZA, R. A. **Ensino Médio e protagonismo juvenil**. In: CAVALCANTE, Márcia H. Koboldt; SOUZA, Rui Antônio de (org.). Ensino Médio: mudanças e Perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

TORRES, M. C. N. **Direito à educação: a evasão escolar causada pelo trabalho infantil**. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.fempapr.org.br>>. Acesso em 18/08/2024.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Coordenado por Bernadete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto. – Brasília: UNESCO, 2009. _____. **Violência nas escolas e políticas públicas**. / organizado por Eric Debarbieux e Catherine Blaya. - Brasília:UNESCO, 2002.

VASCONCELOS, N. B. **Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Ensino em Revista, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez., 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em: 27 jun. 2024.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. **Evasão escolar na Educação Superior: de que indicador estamos falando?** Estudos em Avaliação Educacional, v. 27, n. 66, p. 908-937, set./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4009>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SOBRE OS AUTORES

Amanda Eduarda da Silva Naidoo Terroso

Atua como advogada e professora de Ensino Médio. Possui graduação em Direito, pela faculdade Educacional de Medianeira-UDC Medianeira (2017), possui Licenciatura plena em Filosofia-UNICRUZEIRO (2021), Pós-Graduação Latu-Sensu em Métodos e Técnicas de Ensino, pela UTFPR (2020), Mestre em Estudos Latino-Americanos-UNILA (2023). Tem experiência na área de direito, com ênfase em direito tributário, direitos humanos e área cível. Autora de vários capítulos de livros e artigos sobre Direitos Humanos, Diversidade de Gênero e Educação. Autora do livro "A EFICACIA DO PRINCIPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA FRENTE AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL, com ISBN 978-65-87035-16-1, e "A formação continuada para otimização do processo ensino-aprendizagem contemporâneo, com ISBN 978-65-89029-06-9.

William Arthur Philip Louis Naidoo Terroso de Mendonça Brandão

Professor Associado da Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR. Possui Graduação em Engenharia Ambiental, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Química, Curso Superior de Tecnologia em Alimentos. É especialista em Metodologia para o Ensino da Química-UTFPR, Mestre em Ciências dos Alimentos-UFSC, e Doutor em Engenharia Agrícola-UNIOESTE. Autor de vários capítulos de livros e artigos com temas ligados a Engenharia e Tecnologia de Alimentos, Ensino e Educação. Autor dos livros "MICROBIOLOGIA", com ISBN 978-85-63687-36-4, a "A EFICACIA DO PRINCIPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA FRENTE AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL, com ISBN 978-65-87035-16-1, "A formação continuada para otimização do processo ensino-aprendizagem contemporâneo, com ISBN 978-65-89029-06-9.

ÍNDICE REMISSIVO

A

abandono 14, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 45, 46, 49, 52, 55
acadêmica 10, 13, 30, 40, 41, 50
acadêmicas 10, 13, 15, 16, 17, 29, 39
acadêmico 13, 22, 31, 32, 33, 41, 42, 46
acompanhamento 13, 37
aluno 11, 16, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 47
alunos 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55
ambiente 12, 15, 23
âmbito 16, 19, 23, 42
apoio 10, 16, 17, 20, 39, 42, 51
aprendizagem 19, 21, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 53, 58
atividades 13, 16, 17, 32, 38, 39

C

corpo 12, 15, 38
curso 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 45, 46, 47, 50, 52, 53

D

democratização 13, 24, 43, 51
desempenho 16, 17, 33, 41, 42, 46, 51
desenvolvimento 13, 25, 28, 33, 37, 39, 46
desistência 19, 24, 32, 45

desligamento 18

discente 14, 15, 21, 22, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 41

discentes 10, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 38, 39, 40

docente 15, 21, 29, 35, 36, 38, 41

E

educação 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

educacionais 10, 43

educacional 19, 20, 26, 30, 34, 41, 43, 53

ensino 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58

escola 14, 15, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 38, 46, 52, 54, 55

escolar 10, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57

estudantes 10, 13, 15, 16, 23, 31, 32, 35, 41, 42, 51

estudo 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 26, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 55, 56

estudos 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 43

evasão 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

experiências 15, 16, 39, 49

F

faculdade 16, 22, 24, 58

fenômeno 10, 14, 15, 16, 17, 33, 39, 51

formação 12, 15, 20, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 36, 43, 44, 48, 58

G

graduação 10, 13, 15, 16, 17, 21, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 38, 42, 47, 51, 52, 53, 55, 56, 58

I

instituição 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 30, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 53

instituições 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 28, 29, 32, 38, 39, 42, 43, 51

integração 10, 15, 28

interações 15

M

motivações 17, 18, 30, 43

N

nível 10, 11, 13, 15, 17, 31, 33, 34, 43

O

objetivos 10, 36, 37

P

pedagógico 10, 23, 33, 42, 44, 53

permanência 10, 14, 19, 24, 25, 27, 39, 41, 42, 45, 46, 50, 51

políticas 11, 13, 16, 17, 23, 30, 35, 39, 43, 50, 52, 53, 56

problema 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 52
problemática 14, 15
professores 14, 15, 20, 22, 24, 31, 32, 33, 37, 39, 41, 44, 52, 53
pública 13, 25, 52, 54, 55
públicas 10, 11, 14, 17, 23, 32, 41, 49, 51, 55, 56

Q

questão 15, 16, 17, 18, 19, 27, 36

R

responsabilização 25, 31

S

sistema 6, 10, 19, 29, 31, 34, 46
social 10, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 26, 28, 32, 33, 34, 41, 45, 48, 51
superior 10, 11, 12, 14, 16, 23, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 43, 44, 46,
48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

U

universidade 10, 12, 17, 18, 21, 22, 23, 29, 38, 40, 43, 50, 52
universidades 10, 11, 12, 13, 16, 23
universitário 15, 16, 23, 34, 39



AYA EDITORA

2024